



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 26/11/2025 ATA APROVADA

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DÉCIMO PRIMEIRO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 26 dias do mês de novembro de 2025. Às 15h28min, o 1º Vice-Presidente da Câmara Municipal, Vereador André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo ao pedido da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal de Juiz de Fora, para discutir as Mensagens do Executivo nºs 4.712/2025 e 4.713/2025, que, respectivamente, dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2026/2029 (PPA 2026/2029); e estima as receitas e fixa as despesas do Município de Juiz de Fora para o exercício financeiro de 2026 (PLOA/2026). Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta Audiência Pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária, e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta Audiência Pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. Passou-se para as considerações iniciais. Com a palavra, o Vereador Juraci Scheffer afirmou que esta Audiência Pública tem a função de trazer esclarecimentos sobre o PPA, planejamento feito pelo Governo Municipal que extrapola seu próprio mandato, indo até o primeiro ano do mandato seguinte. Falou ser necessária a realização desta Audiência não apenas pela transparência mas também por ser um critério legal. Comentou sobre a consulta pública realizada pela Câmara Municipal em que a população apresentou suas demandas e necessidades, para que seja construído um orçamento mais próximo da vontade dos cidadãos, respeitando, porém, as vinculações constitucionais, como o gasto mínimo de 15% na Saúde e 25% na Educação. O Vereador contou dos gráficos sobre a consulta pública com as ações prioritárias e ações preferenciais. Disse que foram 244 entrevistados e cada participante escolheu três preferências de aplicação dos recursos públicos, tendo sido concluído que as quatro áreas de maior relevância para o público entrevistado foram Saúde, com 24,67% dos votos; Educação, com 19,57% dos votos; Segurança, com 16,42% dos votos; e Transporte, Mobilidade e Trânsito, com 12,49% dos votos. Falou que o resultado da consulta pública do ano passado foi semelhante ao de 2025, o que reforça a demanda da população por Saúde, Educação e Segurança. Informou que, na área da Assistência Social, a questão da população em situação de rua teve 22,96% votos e as políticas de profissionalização e emprego tiveram 17,41% votos. Quanto ao incentivo à cultura e à realização de eventos e atividades culturais, foram 35,59% dos votos. Mencionou que a qualidade da educação de uma forma geral obteve 45,50% de votos. Seguiu falando sobre as demandas na consulta pública: realização de eventos esportivos de lazer ou recreação; ampliação das políticas públicas para a juventude; implantação de equipamentos públicos de esporte e lazer; limpeza de terrenos, córregos, ruas e calçadas; combate à poluição de rios e córregos; melhorias de drenagem para evitar enchentes; pavimentação de ruas e manutenção de tapa-buracos; aumento da oferta de consultas médicas e aumento do número de profissionais nos equipamentos de saúde. O Vereador informou que Juiz de Fora está na 6ª posição como a mais segura em um ranking de cidades acima de 500 mil habitantes. Explicou, sobre a área prioritária de transporte e mobilidade urbana, que as demandas são o aumento e a manutenção das frotas dos ônibus, com maior número de linhas e melhores condições dos veículos. Disse que a peça orçamentária passou por modificações, pois algumas Secretarias tiveram aumento de receita e outras tiveram redução, e acrescentou que a Secretaria de Obras e o Fundo Municipal de Saúde estão com recursos maiores. Falou sobre os investimentos relacionados à despesa de pessoal, como encargos e eventuais reajustes legais. O Vereador apontou que o orçamento está enxuto e que existe pouco recurso para investimentos, sendo necessário que o Município busque parcerias com os Governos Estadual e Federal, além de realizar convênios e



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 26/11/2025 ATA APROVADA

empréstimos para que as obras sejam feitas, sobretudo aquelas de infraestrutura urbana, que demandam recurso de grande vulto. O Vereador lembrou, por fim, que o orçamento é uma previsão e que, às vezes, pode acontecer frustração de receita ou até receita a mais, dependendo, para tanto, da economia ou de um repasse constitucional, seja do Governo do estado ou da União. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal perguntou o que justifica os aumentos nas Secretarias de Comunicação e de Governo. Na sequência, passou-se para os convidados da Mesa. Com a palavra, a Secretária Fernanda Finotti disse que o PPA é um instrumento válido por 4 anos que não coincide com o governo eleito. Comunicou que, ao assumir em 2021, a Prefeita Margarida governou sob um PPA que não havia sido feito por ela, sendo este o exercício da Democracia: a execução da escolha de gestão de outro governo, também legitimamente eleito. Relatou que o plano também serve para que se preservem as políticas de estado que são de longo prazo, independente dos governos eleitos. Explicou que no PPA há 300 ações orçamentárias e 25 ações não orçamentárias que não envolvem desembolso de recurso. Disse que a Câmara receberá três emendas para o PPA e duas emendas para a LOA (Lei Orçamentária Anual) e pontuou que, além das duas peças, PPA e LOA, há também a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), que fornece as diretrizes. Falou que este é o primeiro ano que a Secretaria da Fazenda está apresentando as peças orçamentárias, pois até o ano passado era a Secretaria de Planejamento que fazia a coleta das intenções de cada secretaria executora, empresa pública e órgão da Administração Indireta. A Secretária Fernanda afirmou que, a partir de 2025, a Fazenda passou a inserir as intenções colhidas nas Secretarias numa planilha com algumas "travas", sendo a primeira "trava", e a mais importante, o fato de que a despesa jamais poderá superar a receita. Esclareceu que muitas vezes acredita-se que uma despesa tem que acontecer porque ela é objeto de lei aprovada, porém, embora a receita também seja aprovada por lei, muitas vezes ela não acontece. Falou, para exemplificar, que, se um contribuinte entrar com uma reclamação contra lançamento, o recurso fica suspenso até que o direito ao contraditório esteja vencido em todas as instâncias. Citou, ainda, os casos em que uma receita não chega por conta de inadimplência ou pelo não envio dos recursos pelo estado ou pela União, devido às mesmas razões enfrentadas pelo Município. Na sequência, disse que ainda existem as outras "travas", como aquelas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e aquelas relacionadas aos gastos constitucionais. Seguiu informando que, depois de recebidas as demandas das unidades executoras, a Secretaria insere tudo na planilha, faz as conferências e formatações e encaminha para votação na Câmara. Disse, assim, que o trabalho da Secretaria da Fazenda é mais de organização dos dados do que de proposição das políticas. Comunicou que o PPA deste segundo mandato é bem semelhante ao do primeiro e que não houve descontinuidade. Contou que a LOA vem seguindo o PPA com um detalhamento minucioso das ações. Esclareceu, por fim, que as três emendas para o PPA e as duas para a LOA foram necessárias porque algumas ações constavam no PPA e não estavam na LOA, relativas a duas Secretarias. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal questionou sobre a diminuição dos recursos da Secretaria de Educação e o aumento para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular (Sedupp), pois não entende a retirada de dinheiro de uma pasta que o atual Governo tanto defende. Ato contínuo, a palavra foi passada para os inscritos do público. A Senhora Valéria de Fátima Malta, Diretora e Tesoureira do Senge, disse que está preocupada com o JFPrev porque hoje a Prefeitura está devendo para a previdência quase 130 milhões. Disse que sabe da existência de um projeto de lei do Executivo para parcelar a dívida, porém, de acordo com as atas, a informação é que há somente 68 milhões em caixa, que não dariam para duas folhas de pagamento dos aposentados. Ponderou que gostaria que fosse marcada uma audiência pública sobre o JFPrev antes da votação do financiamento e que fossem inseridas garantias para os aposentados. Falou que, sendo esta Audiência sobre o PPA, entende que a questão do JFPrev precisa estar no planejamento do Executivo. Pediu que a previdência seja olhada com carinho pelos Vereadores. O Presidente em exercício André Luiz Vieira comentou que o JFPrev compõe um dos problemas orçamentários do Município e pediu à Secretária da Fazenda que anote essa pergunta e esclareça



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 26/11/2025

ATA APROVADA

depois a situação do JFPrev. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal repetiu sua colocação sobre o aumento do orçamento de algumas Secretarias. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado perguntou, com relação ao JFPrev, se o Parque de Exposições será realmente vendido com o objetivo de amortizar a dívida. Falou que quer saber se há algum empecilho para essa venda, já que ela ainda não aconteceu. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes pediu esclarecimentos sobre a redução de mais de R\$ 25 milhões no novo projeto. Pediu aos Secretários que esclareçam o motivo da redução, levando em consideração o déficit milionário. O Senhor Zagari Coutinho, funcionário da Cesama, externou sua preocupação com o Plano Saúde Servidor e perguntou sobre a possibilidade de melhorias e o nível de investimento. Pediu sensibilidade aos presentes e que seja buscada uma solução definitiva. Disse que, além de eleitores, os Servidores também são contribuintes. Falou que confia na Prefeita e em sua equipe para solucionar o problema. O Presidente em exercício lembrou que a primeira audiência de novembro foi justamente sobre o Saúde Servidor, uma preocupação de todos os Vereadores da Câmara. A Senhora Natália Paleta, do Escolas Abertas, falou da pesquisa citada pelo Vereador Juraci Scheffer em que quase 50% das pessoas apontaram como prioridade as melhorias na Educação. Disse que essa demanda do povo está totalmente ajustada com os números, pois em 2023 a nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi de 4,85 em 10. Falou que Juiz de Fora tem o pior índice de alfabetização entre as 10 maiores cidades de Minas Gerais e que apenas 49,5% das crianças são alfabetizadas na idade correta. Relatou, ainda, que a cidade caiu 13 posições no acesso à educação e que, diante disso, quer muito que exista uma explicação para a retirada de R\$ 700 milhões da Educação. A oradora indagou, também, sobre o alto valor destinado para a tecnologia e pediu que os Secretários não deixassem de respondê-la, para que ela entenda essa previsão orçamentária diante dos números catastróficos da educação. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes disse que a redução na Educação foi de mais de 30% do orçamento e isso a preocupa por ser este um Governo que se diz preocupado com a Educação. O Senhor Igor Burkowski, do Partido Novo, comentou estar indignado com a ausência das outras Secretarias, pois todas possuem programas no orçamento. Falou que sempre defendeu o desenvolvimento econômico e pontuou que a cidade não consegue atrair grandes investimentos há bastante tempo, tendo apontado valores muito baixos destinados a essa área, em contraste com gastos altos em viagem recente para a China. Disse que, sem atrair empresas, o Município não consegue aumentar a arrecadação nem oferecer serviço público de qualidade. Mencionou que a cidade vem perdendo posições em rankings econômicos e que a renda média da população está caindo, além do fato de que o custo de vida está aumentando. Por fim, o orador pediu que sejam revisadas as prioridades orçamentárias. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado lembrou que a Segurança Pública aparece como a terceira maior prioridade da população de Juiz de Fora na pesquisa, sendo essa uma preocupação nacional também. Disse que o PPA prevê um aumento superior a 70% no orçamento municipal de Segurança Pública, o que demonstra o esforço da Prefeitura para complementar a brecha deixada pelo Governador Zema. Reforçou que Juiz de Fora é, hoje, a sexta cidade mais segura entre os municípios de quinhentos mil a um milhão de habitantes, com redução de mais de 45% nos crimes violentos. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal pontuou sobre as dificuldades enfrentadas por Servidores Públicos, especialmente nos postos de saúde. Disse que reconhece o aumento de R\$ 16 milhões em Segurança, mas falou da necessidade de ser realizado concurso público para reforçar a Guarda Municipal e garantir proteção aos Servidores. Frisou sua preocupação com a redução de recursos na Saúde e o aumento para as Secretarias de Governo, Fazenda e Desenvolvimento Urbano com Participação Popular. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola comentou sobre a forma como o povo é acostumando a aceitar pouco e não lutar por aquilo que é direito seu. Afirmou que a população não deve mendigar, pois os recursos públicos pertencem ao povo, já que Juiz de Fora depende dos impostos pagos pelos cidadãos por não ser autossustentável. Falou que a saúde é um bem e direito de todos, não um privilégio. Disse que os cidadãos devem se organizar e ocupar os espaços de fala, além de aprender a sempre



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 26/11/2025

ATA APROVADA

reivindicar seus direitos. A Senhora Deise Medeiros, do Sinserpu/JF, apontou inconsistências e falta de clareza nos valores destinados aos Servidores Públicos, especialmente no tocante à reestruturação de cargos, carreiras e vencimentos, tendo estes ficado abaixo do que foi prometido pela atual gestão. Pediu detalhamento sobre os gastos com ticket alimentação e benefícios ao trabalhador, questionou sobre o valor previsto para concursos públicos e falou do Saúde Servidor, registrando que a Prefeitura manterá o mesmo aporte financeiro enquanto está aumentando a contribuição dos usuários. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes citou o projeto Viver Bem no Trabalho, voltado ao cuidado emocional dos Servidores Públicos, e falou que estranhou os valores previstos na LOA para 2026, um ano eleitoral, destinando R\$ 540 mil ao projeto enquanto, nos anos seguintes, o orçamento cai para apenas R\$ 100 mil anuais. Pediu aos Secretários o detalhamento e a justificativa dos custos de implementação do programa. O Presidente em exercício explicou, na sequência, que, como as peças orçamentárias PPA, LOA e LDO são analisadas e votadas na Câmara, a Casa tem realizado uma consulta popular para conhecer as demandas reais da população. Explicou que o Legislativo se mobiliza, através da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e da equipe de trabalho da Câmara, e busca as necessidades da comunidade em todas as regiões da cidade, por meio de uma pesquisa. Citou, em seguida, os índices apurados: Saúde - 24%; Educação - 19%; Segurança - 16%; Transporte, Mobilidade e Trânsito - 12%; Obras Públicas - 7%; Assistência Social e Direitos Humanos - 6,18%; Esporte e Lazer - 4,98%; Cultura - 4,2%; e Meio Ambiente e Sustentabilidade - 3,93%. Perguntou, em seguida, qual é a metodologia da Prefeitura para a construção das peças orçamentárias e esclareceu que elas não foram construídas com base na pesquisa realizada pela Câmara Municipal. Pediu aos Secretários que explicassem o procedimento para que se chegasse às prioridades, tendo em vista que, embora seja o mesmo Governo, trata-se de um novo PPA, que tem que acompanhar a realidade da cidade. Com a palavra, a Secretária Fernanda Finotti respondeu que o JFPrev, antes da atual gestão, passou 25 anos sem receber aportes patronais regulares, o que gerou um termo de ajuste hoje cumprido pelo Município. Esclareceu que imóveis como o Parque de Exposições integram seu patrimônio e também auxiliam no cálculo da reserva matemática do fundo e acrescentou que as vendas dos bens só são consideradas se forem vantajosas. Destacou que essas operações são fiscalizadas pelo Ministério Público. Falou do projeto de lei que decorre da Emenda Constitucional nº 136, que resultou do desafio previdenciário do país devido à queda da natalidade e ao aumento da expectativa de vida. Disse que o Executivo acompanha o fundo, garante os aportes legais e mantém a regularidade. Explicou, ainda, os tipos de repasses ao JFPrev, que são: contribuição dos Servidores, contribuição patronal, contribuição suplementar aprovada pela Câmara e aportes financeiros, quando necessários, todos supervisionados pelo Ministério da Previdência. Com relação ao aumento do orçamento da Secretaria da Fazenda, esclareceu que se trata, por exemplo, do pagamento de dívidas históricas com o JFPrev. No que diz respeito à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, da Inovação e Competitividade (Sedic), destacou que se trata de uma Secretaria transversal que promove ações entre diferentes áreas para atrair empresas, como infraestrutura e incentivos fiscais. Falou de uma empresa de tecnologia presente no Município e reforçou a importância da área digital para o futuro. Disse, sobre a Educação, que o investimento em tecnologia é essencial para a atual geração. Esclareceu que a redução orçamentária não é corte e sim uma racionalização do gasto, buscando-se mais eficiência. Sobre a metodologia de planejamento, destacou o papel da Secretaria de Participação Popular, que escuta a população por meio de conselhos e órgãos para garantir que as demandas sociais estejam no PPA e na LOA e disse, para finalizar, que a Secretaria da Fazenda apenas organiza essas prioridades, que já foram antes definidas. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão perguntou sobre a dívida do Saúde Servidor e se o valor dela é de R\$ 30 milhões. Comentou que tem ouvido reclamações diárias de falta de atendimento do plano ao usuário. Indagou, ainda, sobre o valor de R\$ 200 milhões em subsídio que não consta no orçamento. A Secretária Fernanda Finotti informou que o Secretário Matheus responderá alguns pontos sobre a Secretaria de



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 26/11/2025 ATA APROVADA

Recursos Humanos. Relatou, quanto ao transporte, sobre o projeto de lei que tramita na Câmara relativo ao financiamento, que poderá ser mencionado pelo Secretário Ronaldo. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão disse que, nas audiências públicas que aconteceram anteriormente na Casa, suas perguntas não foram respondidas. Repetiu que os valores de R\$ 30 milhões para pagar o plano Saúde Servidor e de R\$ 200 milhões para o transporte não constam no orçamento. O Vereador pressupõe que a população tem que saber a verdade, pois, se não houver o recurso, não haverá licitação para o transporte. O Presidente em exercício declarou, a seguir, que o Vereador Zé Márcio Garotinho está representando a Câmara em um compromisso externo, o Vereador João do Joãozinho está a caminho, o Vereador Julinho Rossignoli também está representando a Casa em um compromisso externo e o Vereador Dr. Antônio Aguiar está representando a Câmara na Universidade, em uma palestra. Registrou, também, as manifestações feitas através do WhatsApp: a primeira, direcionada ao Secretário de Recursos Humanos, do Senhor Fagner Krepker, do Bairro Jardim Gaúcho, perguntando se estão previstos tanto na LOA quanto no PPA o adicional de operacional da Secretaria de Obras e a nomeação de Servidores Públicos nas seleções internas; e da Senhora Sandra, do Centro, indagando sobre as propostas para resolver os problemas do Saúde Servidor. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal perguntou se há previsão para solucionar a questão dos remanescentes da Amac e se os secretários escolares receberam. Registrou preocupação com a intenção de serem englobados os alunos do estado com um orçamento reduzido. Pela ordem, o Vereador Marlon Siqueira disse que, dialogando com o Vereador Dr. Marcelo Condé, há propostas administrativas para reorganizar e preservar o Plano Saúde Servidor de forma sustentável para garantir a proteção dos trabalhadores. Informou que o plano envolve cerca de 5 mil Servidores ativos, com desconto em folha, e aproximadamente 6 mil dependentes. Apontou que os dados apresentados precisam ser mais detalhados, talvez em uma planilha, e reforçou que a Câmara está disposta a colaborar na busca de soluções. Ressaltou que a Casa conta com Vereadores Médicos e Servidores de carreira, que podem ajudar a solucionar os problemas do Saúde Servidor. Disse que o custo mensal do plano gira em torno de R\$ 5 milhões, sendo que R\$ 3,5 milhões são pagos pelos Servidores e cerca de R\$ 1,5 milhões referem-se ao aporte do Município. Questionou se os valores descontados dos Servidores já foram repassados às prestadoras de serviço e afirmou que Servidores, sindicato, Câmara Municipal e Prefeitura devem trabalhar para garantir a continuidade do plano. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado disse que, como a Secretaria afirmou que a saúde financeira da Prefeitura está excelente, quer saber qual o motivo dos atrasos, principalmente dos prestadores da área da Saúde, que de forma recorrente reclamam de falta de pagamento e de repasse. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes repetiu as perguntas que fez porque não foram respondidas. A primeira é sobre a justificativa para a redução do JFPrev, pois a lei do parcelamento que está tramitando na Câmara refere-se ao período de 2020 até 2025. A segunda pergunta é sobre o racionamento na Educação, com redução de mais de 30% no orçamento. O Secretário Ronaldo informou que fará três esclarecimentos: um sobre a Secretaria de Governo e dois sobre pastas das quais os Secretários não estão presentes. Com relação à Secretaria de Governo, disse que a previsão orçamentária para 2026 é resultado das emendas parlamentares apresentadas pelos Vereadores. Explicou que, enquanto a Lei Orçamentária não é aprovada, esses recursos ficam reservados na Secretaria de Governo e, depois de aprovadas as emendas, eles são descentralizados para as unidades gestoras executoras. O total de cerca de R\$ 24 milhões refere-se a todas as emendas, com exceção das de saúde, que vão diretamente para a Secretaria de Saúde. Em relação à Secretaria de Comunicação, falou dos gastos desde 2005, destacando que, na gestão da Prefeita Margarida, os valores executados são bem menores do que aqueles das gestões anteriores. Registrou os gastos anuais desde 2021 e comparou com os valores, bem maiores, dos outros anos, acrescentando que a atual Administração busca o racionamento dos gastos em comunicação. Ressaltou, porém, que haverá necessidade de intensificar a comunicação institucional devido às obras do PAC, às campanhas de saúde, à vacinação e às ações de prevenção, para garantir



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 26/11/2025 ATA APROVADA

informação adequada à população. Sobre a licitação do transporte público, explicou que o edital está em fase final após consulta pública que recebeu mais de 2 mil contribuições da população. Disse que o edital prevê atualmente um custo de R\$ 40 milhões mensais, que pode ser reduzido no processo licitatório por conta do critério de desempate de menor preço ofertado. Por fim, destacou que a expectativa é que a nova licitação tenha como resultado a melhoria da qualidade do transporte público e o incentivo ao uso do transporte coletivo urbano, o que beneficiaria toda a cidade com menos veículos nas ruas, melhor mobilidade urbana e menor necessidade de complementação por parte da Prefeitura. O Presidente em exercício, às 17h29min, disse que a 8ª Reunião Ordinária será iniciada 15 minutos após o término desta Audiência Pública, tendo sido colocado em votação e aprovado pelo Plenário. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão reforçou que a cidade não é autossustentável, não tendo indústria forte, royalty de petróleo nem de minério, e, se não forem enviados recursos pelo Governo Federal para custear o novo transporte público, a nova licitação não acontecerá porque não existe recurso. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal questionou sobre a retirada de R\$ 7 milhões da Secretaria de Esporte e Lazer. A palavra foi concedida à Secretária Cidinha Louzada, que, inicialmente, cumprimentou todos que acompanham a Audiência Pública. Informou que a maior parte do orçamento da Sedupp é destinada à folha de pagamento e que os maiores valores referem-se a recursos como o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Centro Histórico de Juiz de Fora. Disse que a Sedupp possui atribuições de três antigas Secretarias: planejamento urbano, projetos urbanos e funções que antes eram ligadas à Secretaria de Governo. Entre as atribuições estão: Plano Diretor, normas urbanísticas, estudos técnicos, uso e ocupação do solo, projetos urbanos, diagnósticos territoriais, mapeamentos, estudos de impacto, fiscalização urbana, comércio popular, feiras, ordenamento regional, limpeza e manutenção urbana, além da Defesa Civil. Sobre a Defesa Civil, a Secretária destacou que ela foi reestruturada e se tornou referência nacional no uso de inteligência artificial, com mapeamento de áreas de risco, o que gerou economia para o Município. Informou que a pasta conta com cerca de 500 Servidores e que também é responsável por equipamentos importantes, como o Cemitério Municipal, que passou por revitalização, e o Departamento de Habitação Popular. Destacou, por fim, a economia feita com a centralização da Secretaria no prédio da Prefeitura. Na sequência, com a palavra, o Secretário Matheus Jacometti falou sobre as ações da Secretaria de Recursos Humanos voltadas à valorização do Servidor Público. Informou que a campanha salarial de 2025 trouxe a redução da carga horária para 30 horas semanais sem redução de vencimentos, além da abertura de concurso interno para seis carreiras. Disse que esse processo ainda está em andamento e deve ser concluído no próximo mês. Ressaltou que a valorização do Servidor não é realizada somente na campanha salarial, mas ao longo do ano. Falou do programa Servidor em Primeiro Lugar, que promove integração através de atividades culturais, esportivas e artísticas. Citou a criação do Diga Servidor, em parceria com a Sedupp. Falou, quanto ao Saúde Servidor, que um grupo de trabalho está atuando há mais de seis meses e que o relatório final será apresentado à Câmara e aos Servidores. Em relação à LOA, explicou que os valores descontados dos Servidores para o Saúde Servidor entram como receita, enquanto os aportes das mantenedoras são registrados como despesa. Disse, por fim, com relação aos pagamentos, que o último lote de rescisões foi pago no dia 24 de novembro e que a Secretaria está levantando os próximos lotes para os próximos pagamentos. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes fez menção ao projeto Viver Bem no Trabalho, informando que recentemente recebeu denúncias de assédios em algumas Secretarias, sendo que o projeto consiste no tratamento da saúde emocional dos servidores. Perguntou qual a razão de em 2026 o projeto receber um investimento de R\$ 540 mil e de somente R\$ 100 mil nos anos posteriores. Sua dúvida é se o motivo seria porque 2026 é um ano eleitoral. Pediu a discriminação exata dos valores ano a ano. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão repetiu seu questionamento com relação ao valor atual da dívida do plano Saúde Servidor. Deixou claro que sabe que a dívida não decorre da Administração da Prefeita Margarida Salomão. O Secretário Matheus



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 26/11/2025

ATA APROVADA

Jacometti disse, respondendo primeiro à Vereadora Roberta Lopes, que o valor para a implementação do projeto Viver Bem no Trabalho é uma projeção que depende do desenvolvimento da proposta no próximo ano. Contou que o projeto abarca diretrizes para a convivência do Servidor, com oferta de aulas de yoga, dança e teatro, além de aprimoramento psíquico com relação às práticas integrativas. Falou que foram ampliadas mais de 600 vagas para os Servidores e tudo está respaldado nos valores que foram apresentados. Com relação à dívida do plano Saúde Servidor, declarou que o relatório que está sendo elaborado será enviado já com as diretrizes e opções, além da dívida do plano, que será calculada mês a mês. Relatou, no que diz respeito aos remanescentes da Amac, que o cálculo já foi feito com o Sinserpu e o valor será apresentado na campanha salarial de 2026 para debate e forma de aplicação. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes reforçou sua pergunta e pediu sinceridade ao Secretário Matheus para responder sobre a diferença de valores do investimento no primeiro ano e para os anos seguintes. Explicou que não viu nenhuma diferença entre o ano de implantação e os anos de manutenção. Falou que tem repetido aqui que vários projetos, principalmente na Secretaria da Senhora Cidinha Louzada, são eleitores para uma pré-campanha. Disse estar apenas exercendo seu papel de fiscalizadora e a diferença dos valores para cada ano do projeto chamou sua atenção. Pediu, mais uma vez, que fosse apresentada a discriminação para justificar a diferença dos valores. Quanto à dívida do Plano Saúde Servidor, mencionou que a planilha foi prometida aos Vereadores no mês de março e não consegue entender qual a dificuldade para a apresentação do valor de forma clara. O Presidente em exercício informou que os gabinetes de todos os Vereadores estão abertos para discutir sobre o orçamento e que, enquanto a LOA não for votada, ela estará passível de sofrer alterações. Falou que esta Audiência não encerra a discussão, sobretudo porque a peça é extensa e às vezes os temas não são todos abordados em uma única audiência pública. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado, dirigindo-se à Vereadora Roberta Lopes, disse que o projeto Viver Bem no Trabalho será implementado em 2026 e, como acontece com todos os projetos, no ano de implementação, há o valor de investimento e o de custeio e, muitas vezes, o gasto é maior no primeiro ano. Falou que, nos anos subsequentes, o valor investido é apenas para manutenção. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes afirmou que não está falando de uma pequena diferença e sim de quase meio milhão de reais. Pediu uma resposta clara e objetiva para que possa entender. Apontou que sabe que há a implementação e que foi clara ao solicitar a discriminação de todos os valores para essa implementação. Reforçou que, para ela, neste momento, está parecendo ser mais um projeto a ser usado como propaganda eleitoral antecipada, uma vez que não há uma justificativa para o valor de meio milhão de reais na implementação de um projeto como esse. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão disse estar preocupado por não ter acesso ao valor da dívida do Plano Saúde Servidor depois de questionar vários Secretários Municipais e sindicatos. Falou que os Servidores usuários do plano estão voltando para suas casas sem atendimento nos hospitais e nas clínicas e isso não pode acontecer, pois eles merecem respeito. Declarou que as justificativas apresentadas aos usuários pela rede credenciada é que, por falta de pagamento, o atendimento foi encerrado. Considerou que isso é uma covardia com as pessoas. A Secretária Cidinha Louzada respondeu, sobre o assédio citado pela Vereadora Roberta Lopes, que a primeira coisa que a Prefeita Margarida Salomão fez ao assumir a gestão foi assinar um decreto sobre assédio moral. Explicou que o objetivo seria fazer um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para quem tivesse qualquer reclamação e, então, provar a existência do assédio. Afirmou que não ouve fofocas e sim reclamações de Servidores que assinam as denúncias que fazem. Disse que sua Secretaria trabalha muito e faz muitos projetos. Por fim, sobre a questão eleitoral, falou que, se ela, Secretária Cidinha, se candidatar, a Vereadora Roberta Lopes não precisa se preocupar porque quem vota na Vereadora Roberta Lopes não vota nela e, dessa forma, elas não são concorrentes. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes alegou que ela cumpre na Câmara seu papel de fiscalizadora e cabe à Secretária Cidinha responder sobre as denúncias. Comunicou, ainda, que a Justiça é que vai julgar se as denúncias são verdadeiras. Falou, sobre a questão eleitoral, que



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 26/11/2025 ATA APROVADA

de fato ela não se preocupa com a candidatura da Secretária porque qualquer pessoa que a apoia jamais votaria na Senhora Cidinha. Relatou que está exercendo seu direito como Vereadora de questionar sobre o uso de recurso público e da estrutura da Prefeitura com fins de visibilidade para interesses eleitorais. Reforçou que esse é sim seu papel e que continuará fiscalizando não somente esse mas vários outros programas, que inclusive foram também rejeitados pela própria população juiz-forana e que, para ela, foram sim propaganda eleitoral antecipada. Frisou que o papel da Secretária é fornecer as respostas que até agora não foram dadas. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut comentou da importância desta Audiência e de serem feitos os esclarecimentos sobre o tema para que os Vereadores possam votar o projeto com consciência. Declarou que as questões eleitorais serão conversadas no próximo ano e que não devem ser abordadas nesta Audiência. Disse que a Prefeita deixou claro que não quer uma gestão abaixo do primeiro mandato e, diante disso, os Secretários e os Vereadores não podem desacelerar. Afirmou que deseja o bem para a cidade, com mais recursos, mais projetos, como o Boniteza, e mais tecnologia. Afirmou que todos, inclusive os Vereadores, utilizam o próprio trabalho também de forma eleitoreira, algo que acontece desde sempre. Pontuou que a Prefeitura está indo muito bem e que sempre haverá alguma coisa para melhorar. Pontuou, concluindo, que quer uma cidade que abarque a complexidade de toda a sociedade. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal afirmou que, apesar das diferenças ideológicas, o desejo dos Vereadores é achar soluções simples para situações que sempre aparecem nos gabinetes, como o problema do Saúde Servidor. Disse que se incomoda muito quando se depara com as dificuldades na área da Saúde. Pediu, independente de ideologia, que as respostas sejam fornecidas para serem repassadas aos trabalhadores que procuram os Vereadores diariamente. A Secretária Fernanda Finotti explicou, quanto ao JFPrev, sobre a determinação de que o déficit previdenciário seja resolvido em 30 anos, o que cria uma impossibilidade matemática devido à perpetuidade. Esclareceu que, toda vez que há um concurso, o fluxo de aposentadorias é realimentado. Disse, dessa forma, que essa determinação sobre a solução dentro de 30 anos foi viável para a União, mas não para os municípios, pois as reformas previdenciárias municipais são muito mais complexas. Falou que o Governo Federal vem aprovando medidas de sustentabilidade do déficit, como a PEC nº 66, cujo objetivo foi de alinhar fluxo de receita e fluxo de despesa para não criar um estrangulamento que aí sim poderia prejudicar o pagamento das previdências. Recomendou que a análise da previdência seja feita a partir do aporte com a suplementar, o patronal e a parte do Servidor. Falou que o fundo do JFPrev foi criado pelo Governo atual e que a ideia de não mexer no aporte por 5 anos, comprometendo-se o ente a pagar mensalmente aquilo que é despesa, aumentará o fundo. Quanto ao financiamento, explicou que a votação na Câmara da autorização para obtê-lo não significa que o financiamento virá, o que vai acontecer somente se a Secretaria de Tesouro Nacional atestar a capacidade de pagamento de Juiz de Fora. A Secretária seguiu explicando sobre o encerramento do exercício financeiro, o qual a obriga a revisar as contas, e destacou que ainda há prazo legal para pagamento de despesas, já que a Administração Pública tem até 90 dias. Falou que a Constituição de 1988 criou direitos sociais sem garantir fontes de financiamento adequadas e exemplificou com o SUS, que é o alicerce da saúde no país, sobretudo porque a saúde privada vem enfrentando dificuldades financeiras. Por fim, falou ao Vereador Sargento Mello Casal sobre o movimento nacional de reorganização e rastreamento das emendas. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes repetiu seu questionamento sobre a redução de quase 1/3 do investimento na Educação, principalmente porque isso atingirá todas as categorias, como o Ensino Fundamental e o Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Perguntou o motivo de redução na área da Educação e não em outras, uma vez que ela é uma prioridade do Município. A Secretária Fernanda Finotti respondeu que o gasto obrigatório do Município com Educação é de 25%, sendo sempre maior a porcentagem que o Município direcionou, como em 2024, que foi de 36%. Explicou, em seguida, que um dos objetivos é trazer o Professor para a sala de aula e o Secretário para a secretaria, e que a redução é na folha de pagamento, pois dar maior produtividade ao capital humano faz com que a redução aconteça sem



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 26/11/2025

ATA APROVADA

que se perca qualidade. O Presidente em exercício disse que o Regimento foi quebrado nesta Audiência porque a palavra foi dada aos Vereadores, sem limite, para que se manifestassem, porém a reunião ordinária já está atrasada em uma hora. Pediu, assim, que os Vereadores concluam suas falas e colocações para que o Vereador Juraci Scheffer faça o encerramento e possam iniciar a próxima reunião. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes relatou que, por mais que a Prefeitura invista mais do que a exigência legal na Educação, Juiz de Fora tem demonstrado índices vergonhosos, como, por exemplo, o fato de que somente 49% das crianças são alfabetizadas na idade correta. Complementou declarando que, se a redução acontecer no quadro de pessoal da Educação, segundo a fala da Secretária, os Professores e colaboradores da área serão muito impactados, pois trata-se de R\$ 150 milhões. Disse, finalizando, que ainda está aguardando a resposta do Secretário Matheus. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão fez elogios à Prefeitura quanto ao investimento no esporte da cidade, tendo citado o campo do Cerâmica e a obra no Bairro Amazônia. Disse que reconhece o esforço da Prefeita em várias inaugurações para o setor do esporte em Juiz de Fora. Falou que ele, a Vereadora Kátia Franco e os Vereadores Cido Reis e Fiote têm se reunido com frequência na Secretaria de Esporte para tratar das questões relativas ao esporte. Nas considerações finais, o Vereador Juraci Scheffer afirmou que a Audiência foi produtiva e deu tranquilidade para a apreciação da peça orçamentária, quando ela vier ao Plenário. Declarou que, embora o Município tenha buscado aproximar o orçamento da realidade, quando se olha as receitas de transferências, por exemplo, conclui-se que ainda depende-se muito daquilo que vem do estado e da União. Disse que o debate na Audiência foi intenso porque deliberar sobre um montante de quase R\$ 5 bilhões é muito sério. Falou que a Prefeitura é a maior empresa de Juiz de Fora, pois gera muitos empregos e oportunidades. Lembrou que ainda há prazo para a apresentação das emendas impositivas dos Vereadores e declarou que a Câmara Municipal, por meio desta Audiência Pública, trouxe o cidadão para o protagonismo da discussão orçamentária, que, às vezes, fica distante da população por ser um tema difícil e complexo. Comentou que alguns assuntos aqui tratados também o preocupam, como o Saúde Servidor e o JFPrev. Explicou que o longo período de não pagamento da contribuição patronal gerou um déficit atuarial muito grande ao JFPrev, mas disse ter certeza de que a previdência está sendo preservada e que os aportes serão encaminhados. Discorreu sobre a dificuldade ao se fazer comparações, por conta das Secretarias que foram criadas e daquelas que foram extintas. Agradeceu a todos os Servidores da Casa que participaram da consulta pública e desta Audiência. Disse que orçamento público é dinheiro público, que é de todos e deve ser bem cuidado para atender à população. Falou, para encerrar, que a governança da cidade é feita entre a Câmara Municipal e o Executivo e que deve haver essa relação fraterna e de respeito, tendo em vista o melhor para a população. O Presidente em exercício agradeceu a todos pelas contribuições ao debate. Nada mais havendo a ser tratado, o 1º Vice-Presidente Vereador André Luiz Vieira encerrou a Audiência Pública às 18h41min. Estiveram presentes: o Secretário de Governo, Senhor Ronaldo Pinto Júnior; representando a Procuradoria-Geral do Município, Senhor Marcus Motta; a Secretária da Fazenda, Senhora Fernanda Finotti; o Secretário de Recursos Humanos, Senhor Matheus Jacometti; representando a Secretaria de Obras, Senhora Bruna Ferreira da Rocha; o Secretário de Saúde, Senhor Jonathan Ferreira Tomaz; representando a Controladoria-Geral do Município, Senhor Diego Resende Ribeiro Pessoa; a Subsecretária de Gestão Organizacional da Secretaria de Educação, Senhora Cíntia Santana de Macedo; representando a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Participação Popular, Senhor Rodrigo Campos; representando a Secretaria Especial de Direitos Humanos, Senhora Priscila Aparecida Meireles Pereira; representando a Secretaria de Esporte e Lazer, Senhora Lorena Manoela; e a Secretária de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular, Senhora Cidinha Louzada. Compareceram os Vereadores: André Luiz Gomes Mariano (André Mariano), André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Aparecido Reis Miguel de Oliveira (Cido Reis), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), Jefferson da Silva



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 26/11/2025 ATA APROVADA

Januário (Negro Bússola), João Evangelista de Almeida (João do Joãozinho), Juraci Scheffer, Kátia Aparecida Franco (Kátia Franco), Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Luiz Otávio Fernandes Coelho (Pardal), Marcelo Vitor Mendes Condé (Dr. Marcelo Condé), Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado), Roberta Lopes Alves (Roberta Lopes), Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão) e Victor Paulo de Oliveira (Vitinho). Para constar, Karina Médice de Freitas, Supervisora dos Serviços de Procedimento Legislativo e Rotinas Internas, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 6 de janeiro de 2026.

José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal

João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

